

## **Educação de surdos: a prática pedagógica em Petrolina-PE e Juazeiro-BA**

## **Deaf education: the pedagogical practice in Petrolina-PE and Juazeiro-BA**

DOI:10.34117/bjdv8n6-245

Recebimento dos originais: 21/04/2022

Aceitação para publicação: 31/05/2022

### **Getro Barbosa dos Reis**

Especialista em Libras

Instituição: Universidade Federal Do Vale Do São Francisco

Endereço: Av. José de Sá Maniçoba, S/N, Centro, Petrolina (PE), CEP: 56304-917

E-mail: getro.reis@univasf.edu.br

### **Cosme Batista dos Santos**

Pós-Doutor em Ciência da Informação

Instituição: Universidade do Estado da Bahia

Endereço: Av, R. Edgar Chastinet, s/n, São Geraldo, Juazeiro - BA, CEP:48900- 000

E-mail: cbsantos@uneb.br

### **RESUMO**

Os municípios de Juazeiro – Bahia e de Petrolina - Pernambuco formam uma Rede Integrada de Desenvolvimento Econômico (RIDE), que desempenham as políticas públicas de educação voltada para a formação educacional dos surdos. No entanto, observa-se que a prática se difere da teoria, uma vez que embora a educação para surdos tenha uma ampla gama de estudos e documentos capazes de orientar os agentes envolvidos nesse cenário, ainda assim é possível notar a dificuldade em atender as adequações ideais. O presente artigo tem como objetivo perpassar pelas práticas pedagógicas em instituições educacionais de ensino básico para estudantes surdos da educação básica em Juazeiro-BA e Petrolina-PE. Através de uma pesquisa bibliográfica, a intenção é trazer a tona uma pauta pouco discutida academicamente na localidade em questão, contribuindo assim para o desenvolvimento de novas reflexões a partir de um olhar mais crítico em relação as práticas pedagógicas na educação de alunos surdos nos municípios de Juazeiro – BA e Petrolina – PE. Para compor o artigo, foram consultados documentos já existentes, como legislações, livros, pesquisas e estudos, contribuindo assim para a construção da temática. Ainda, foi possível considerar que as práticas pedagógicas podem e devem ser exploradas nessa região de diversas formas, levando em consideração as inúmeras especificidades da região, cenário, contexto e alunos.

**Palavras-chave:** educação para surdos, práticas pedagógicas, petrolina e juazeiro, inclusão.

### **ABSTRACT**

The municipalities of Juazeiro - Bahia and Petrolina - Pernambuco form an Integrated Network for Economic Development (RIDE), which carry out public education policies aimed at the educational training of the deaf. However, it is observed that practice differs from theory, since although education for the deaf has a wide range of studies and documents capable of guiding the agents involved in this scenario, it is still possible to

note the difficulty in meeting the adjustments. ideals. This article aims to go through the pedagogical practices in educational institutions of basic education for deaf students of basic education in Juazeiro-BA and Petrolina-PE. Through a bibliographical research, the intention is to bring to light an agenda little discussed academically in the locality in question, thus contributing to the development of new reflections from a more critical look at the pedagogical practices in the education of deaf students in the municipalities of São Paulo. Juazeiro – BA and Petrolina – PE. To compose the article, existing documents were consulted, such as laws, books, research and studies, thus contributing to the construction of the theme. Still, it was possible to consider that pedagogical practices can and should be explored in this region in different ways, taking into account the numerous specificities of the region, scenario, context and students.

**Keywords:** education for the deaf, pedagogical practices, petrolina e juazeiro, inclusion.

## 1 INTRODUÇÃO

A inclusão no Brasil é uma pauta que embora primordial para diversos âmbitos, sejam sociais, políticos ou educacionais, ainda não obteve a valorização e efetivação necessária. Desde grandes centros metropolitanos até os territórios mais afastados, a problemática que envolve os aspectos inclusivos atinge uma parcela significativa da população, que independente de qualquer particularidade, goza de direitos assim como qualquer cidadão.

Para o êxito de qualquer processo inclusivo, a sociedade conta com uma cadeia de fatores, que envolve desde os mais altos setores governamentais, no que diz respeito a decisões e elaboração de leis, até as pautas que saem da teoria e são postas em prática na sociedade. Um desses setores responsáveis pelas atividades responsáveis pelo desempenho das práticas, é o educacional.

Direito básico de qualquer indivíduo, a educação inclusiva surge com a finalidade de vencer preconceitos e garantir as chances de desenvolvimento intelectual, social e afetivo para todos, levando em conta cada uma das suas características e particularidades. As práticas pedagógicas assumem um papel fundamental para a evolução do educando, uma vez que suas metodologias ditaram os caminhos traçados dentro de qualquer realidade.

A comunidade que será tratada no presente trabalho é a dos surdos, alunos que atualmente sofrem com o contexto pouco inclusivo de fato e com a falta de ferramentas pedagógicas que proporcionam na prática, um ambiente educacional inclusivo, o que além de gerar desigualdade social, traz à tona questões pessoais pela impossibilidade de uma perspectiva futura, já que este descaso começa no berço e perdura até a fase adulta.

A educação dos surdos no Brasil vem sendo amplamente discutida ao longo das últimas décadas. No que diz respeito a medidas que promovam a acessibilidade desta parcela da população, a Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, reconheceu a Língua Brasileira de Sinais - Libras como meio de comunicação e expressão da comunidade surda e o Decreto 5.626/2005 assegurou o direito dos estudantes surdos à educação. No entanto, a inclusão de surdos na escola regular ainda figura como um assunto polêmico perante a sociedade, seja entre muitos estudiosos, profissionais e até mesmo entre os próprios familiares que buscam uma melhor qualidade de ensino na inclusão desses alunos.

Dentro dessa perspectiva, discute-se o respeito aos direitos da pessoa com deficiência e o exercício da cidadania definidos em lei, a língua com a qual o aluno surdo deverá ser alfabetizado, isto é, língua de sinais e/ou português, e a modalidade de ensino, seja de modo regular ou diferenciado. Apoiada no ideal de escola para todos, a educação inclusiva vem contrapor o modelo de educação especial que na concepção de alguns autores como favorecia a segregação e a discriminação.

Em um país subdesenvolvido como o Brasil, é nítido os passos lentos rumo a uma educação comum para todos. O presente texto aborda questões que envolvem os não ouvintes, explicitando que há um déficit no que se refere às práticas pedagógicas e suas dinâmicas para envolver todo e qualquer indivíduo. Com o avanço tecnológico, tanto as pessoas quanto as instituições têm se desenvolvido a fim de acompanhar o ritmo ditado, e muitas ferramentas de cunho pedagógico que poderiam fomentar e agregar no processo de aprendizagem de ambos os lados não são devidamente exploradas. No caso do semiárido nordestino, especificamente de Juazeiro e Petrolina, que embora muito valorizado devido ao contexto propiciado pelo Rio São Francisco, ainda sofre com o estigma regional, isto é, um processo que já é de natureza lenta, fica ainda mais evidente no interior por conta das prioridades educacionais impostas pelos setores responsáveis.

Nas escolas brasileiras é comum terem muitos surdos em idade avançada, com muitos anos de vida escolar nas séries iniciais sem um desempenho compatível com a mesma, principalmente em relação aos conteúdos curriculares. Para desfazer esse cenário deve-se ter em mente que a inclusão escolar é um processo dinâmico e gradual, que pode tomar formas diversas a depender das necessidades dos alunos, já que se pressupõe que essa integração/inclusão possibilite, por exemplo, a construção de processos linguísticos adequados, de aprendizado de conteúdos acadêmicos e de uso social da leitura e da escrita. Com relação a isso, o cenário atual do sistema educacional vem sendo colocado

sob prova, já que visivelmente percebe-se um fracasso dos processos de ensino-aprendizagem.

Nesse sentido, o currículo escolar, enquanto referencial das práticas pedagógicas, precisa ser dinâmico, alterável, passível de ampliação, vivo e não acabado. É o documento que vai definir o que, como, por que ensinar e quando avaliar. Sendo assim, faz-se necessário não um currículo novo, mas um currículo que receba as adequações necessárias que repense as práticas pedagógicas, considerando que o aluno surdo enfrenta dificuldades em seu desenvolvimento escolar, não em função da sua limitação auditiva, mas sim em virtude das metodologias adotadas para ensiná-los.

Nessa perspectiva, a comunidade surda tem reivindicado o reconhecimento das especificidades linguísticas e culturais dos surdos no seu processo educacional, que deve ser pensado e organizado segundo uma abordagem bilíngue e bicultural. Deste modo, entende-se que a língua de sinais, primeira língua do surdo, deve assumir lugar de língua de instrução e de interação no processo educacional e a língua utilizada pelo grupo majoritário do país deve ser ensinada como segunda língua. Além disso, o aluno surdo deve estar com seus pares surdos, bem como com os surdos adultos, o que contribui para o desenvolvimento da linguagem, para a construção de uma teoria de mundo e para a construção de uma identidade surda.

O objetivo central desta pesquisa é de relatar como se dá o desenvolvimento metodológico da prática docente capaz de envolver e instruir os alunos surdos, uma vez que a homogeneidade dentro da sala de aula e negligência por parte dos poderes que envolvem a circunstância atual, não permite que cada aluno progrida levando em consideração cada uma das suas especificidades. A evolução das práticas pedagógicas fundamental para a compreensão do cenário do sertão nordestino. Ainda, ressalta-se que a amplitude do tema se dá a partir da escassez de pesquisas voltadas para as práticas pedagógicas em Petrolina e Juazeiro, o que por sua vez também justifica a não delimitação a uma única série ou ano.

Os municípios aqui abordados estão entre os destaques do semiárido brasileiro, devido a sua riqueza propiciada pela localização privilegiada, as margens do Rio São Francisco, que contribuem para o desenvolvimento industrial, da agricultura, agropecuária e do turismo. Uma localidade tão valorizada pelo restante do Brasil, na teoria, deveria contar com uma valorização interna também, uma vez que os setores que movimentam a economia, cumprem a sua função com êxito, abrindo espaço para que a

área educacional funcione de maneira coerente com a sua demanda profissional, por exemplo.

A partir de um caminho traçado desde as origens etimológicas até as atuais circunstâncias no território de Juazeiro-BA e Petrolina-PE, provenientes da problemática geopolítica e educacional, o presente trabalho irá explorar o contexto das práticas pedagógicas para alunos surdos.

## 2 O CONTEXTO DAS PRÁTICAS PEDAGÓGICAS

A evolução da temática, devido a todo o contexto, ideais e experiências, vem sendo explorada de diversas maneiras, abandonando os modelos tradicionais, que estigmatizam o processo cultural e educacional do semiárido, e abrindo espaço para novas reflexões.

Para uma melhor abordagem, é válido ressaltar o enredo da região, que na maioria das vezes é estereotipada por questões estéticas e morais. Os municípios de Petrolina e Juazeiro, são localidades que sofrem pelo abandono do poder público, se incluindo facilmente em categorias pouco valorizadas. Quando o assunto é o semiárido é importante contextualizar que o destaque do litoral brasileiro no século XVI fez com que o interior do país fosse posto em segundo plano em relação ao processo de colonização, dando início a um paradigma que reflete nos dias atuais em diversos âmbitos.

Quando analisado o cenário etimológico da palavra sertão, em primeira estância é comum se deparar com significados mais generalizados, como cita o Dicionário Aurélio, por exemplo:

1.Região agreste, distante das povoações ou terras cultivadas. 2. Terreno coberto de mato, longe do litoral. 3. Interior pouco povoado. 4. Bras. Zona pouco povoada do interior do país, em especial do interior semi-árido da parte norte-ocidental, mais seca do que a caatinga, onde a criação de gado prevalece sobre a agricultura, e onde perduram tradições e costumes antigos. (...) (FERREIRA: 1975, p.1293).

Porém é possível reparar a evolução do termo dentro de uma perspectiva imanente, ou seja, uma ideia que inicialmente foi imposta pelos colonizadores no período exploratório das regiões semiáridas, permanece até os dias atuais, refletindo um paradigma extremamente difícil de ser quebrado em diversos âmbitos, como social, político e educacional, por exemplo.

O território foi contextualizado em um período histórico onde o litoral começou a ser supervalorizado pelos portugueses devido a fatores óbvios como a exploração dos

meios marítimos, comércio e colonização, e o sertão, paralelamente, foi estigmatizado como um grande deserto, sofrendo uma evolutiva problemática, resultado nos piores índices de desenvolvimento educacional, econômico e social.

Em contrapartida, a região conta com uma vasta e rica cultura, repleta de elementos, simbologias e singularidades capazes de gerar uma identidade única e de fácil reconhecimento por onde passa. Inicialmente relacionado quase que exclusivamente com as referências naturais, o semiárido foi originando os seus próprios discursos regionalistas com o passar do tempo, rompendo o padrão naturalista e trazendo à tona uma personalidade marcante, mesclando as questões orgânicas como o clima e vegetação, juntamente com as distinções culturais, fortalecendo o território de maneira singular, e indo contra a ideia estereotipada proveniente da colonização.

Após esta breve contextualização explicitando de maneira compacta algumas questões precedentes da região, é possível relacionar os fatores que aqui interessam. A problemática educacional que envolve o ensino, aprendizagem e inclusão de estudantes surdos de Juazeiro e Petrolina, é apenas a consequência de uma cadeia de negligência por diversas partes. A intencionalidade aqui presente é gerar uma discussão mais aprofundada, estabelecendo o cenário geral das práticas pedagógicas juntamente com o panorama de inclusão educacional para alunos surdos no semiárido, mais especificamente, em Juazeiro e Petrolina. A partir da perspectiva e vivência de cada participante, será possível adentrar na temática sob um olhar cartográfico, ampliando os horizontes da teórica e mergulhando na realidade.

Independentemente de qualquer particularidade, é de suma importância compreender o contexto educacional brasileiro como meio de inclusão. A universalização é um processo obrigatório presente nas instituições educacionais e tem como principal característica a heterogeneidade, ou seja, a valorização de cada indivíduo.

"[...] a filosofia da inclusão defende uma educação eficaz para todos, sustentada em que as escolas, enquanto comunidades educativas, devem satisfazer as necessidades de todos os alunos, sejam quais forem as suas características pessoais, psicológicas ou sociais (com independência de ter ou não deficiência). Trata-se de estabelecer os alicerces para que a escola possa educar com êxito a diversidade de seu alunado e colaborar com a erradicação da ampla desigualdade e injustiça social" (SANCHEZ, 2005).

Mesmo com o reconhecimento da Língua Brasileira de Sinais como língua pela Lei nº10.436/2002, a sua inserção na grade curricular educacional ainda não é vista como deveria. Aprender Libras é como aprender inglês, levando em consideração que o mundo

moderno está imerso na língua da grande potência mundial. Indivíduos surdos estão por toda parte e forma atualmente 5% da população brasileira, segundo o IBGE. A comunicação é tida como fundamental para o ser humano, e não seria diferente para o caso dos surdos, que dependem da Língua Brasileira de Sinais para garantir a interação social. Assim como a função principal de qualquer língua é transmitir ou/e expressar diferentes tipos de complexidades, os surdos também dependem do uso da Libras para se comunicar (SCHLUNZEN; BENEDETTO; SANTOS, 2017).

Na atualidade, é possível observar que as discussões mais profundas acerca do universo não oral são restritas ao campo científico, não atingindo a sociedade como um todo. A escassez de conhecimentos básicos sobre Libras tem como consequência complicações na aprendizagem, tanto do aluno (oral ou não), quanto da sociedade como um todo. A partir da junção dos fatos, é possível visualizar um caminho no qual se dá todo o processo evolutivo dos surdos, e após isso especificar algumas questões pouco expostas pelo poder público.

Quando se analisa a retrospectiva das metodologias educacionais voltadas para a população surda, apenas três ganham um destaque considerável na história: o oralismo, a comunicação total e o bilinguismo. Dentro de cada uma das vertentes, é possível afirmar que há subdivisões e até mesmo divergências.

Na época em que a metodologia oralista foi imposta, os surdos sofreram uma grande repressão, já que a língua de sinais foi totalmente proibida, fazendo com que os alunos fossem obrigados a enfrentar um meio de aprendizagem desconfortável e nada eficaz. Vale ressaltar que o lado internacional do aluno ficava totalmente comprometido, uma vez que os moldes padrões não condiziam com a realidade de aprendizado dele.

Os surdos que foram submetidos a esse tipo de ensino oral, foram vítimas de grandes consequências. A maioria apenas repetia de forma mecânica tudo o que era imposto, sem ao menos atribuir um significado ou sentido para as palavras. Uma das sequelas mais evidentes foi o analfabetismo, que impediu essa parcela populacional de desenvolver seu intelecto da maneira correta.

Após muitas reivindicações e pesquisas por parte dos educadores e alunos surdos, um cenário muito mais propício surge para o processo de ensino e aprendizagem. O bilinguismo surgiu com o conceito de transformar o ambiente escolar em um local totalmente inclusivo, onde as práticas pedagógicas são criadas a partir do ensino das duas línguas brasileiras, isto é, tanto a língua para ouvintes, na modalidade escrita, quanto a Libras.

O bilinguismo inaugura um novo debate na área da surdez, ele defende a primazia da língua de sinais sobre a língua portuguesa, antes aprendida simultaneamente na comunicação total, ou isoladamente no oralismo. Essa primazia, defendida por muitos autores tem por base dois argumentos. Primeiro, a presença de um período crucial para a aquisição da linguagem. Segundo a existência de uma competência inata, na qual para aprender uma língua, bastaria estar imerso em comunidade linguística e receber dela inputs linguísticos cruciais (SANTANA, 2007).

O conceito de bilinguismo pode ser caracterizado como um processo cultural que perpassa pela questão linguística e sociais, levando em consideração aspectos como acolhimento e respeito cultural. A principal intencionalidade que cerca esse conceito é o estabelecimento do surdo na sociedade assim como qualquer outro cidadão ouvinte, tendo seu direito e considerando as suas principais formas de comunicação de maneira respeitosa.

### **3 AS PRÁTICAS PEDAGÓGICAS EM JUAZEIRO E PETROLINA**

Junto com a evolução da perspectiva social em relação aos alunos, novas práticas e metodologias surgiram, dando início a uma discussão ainda muito atual no meio educacional. Discussão essa que envolve uma problemática que acomete não apenas o Brasil como um todo, mas que se acentua em regiões menos favorecidas, ou/e em territórios que estereotipados pelo naturalismo ou por outras características locais, como é o caso de Juazeiro e Petrolina, que embora sejam vitrine para alguns setores, não são destaque quando o assunto é a educação para alunos surdos.

Juazeiro- BA e Petrolina-PE, formam atualmente a maior centralidade urbana do seminário brasileiro, e por conta da sua localidade ser na mesorregião do Rio São Francisco, quando comparadas a outros municípios do interior do Nordeste, elas se destacam devido a industrialização, agricultura, agropecuária e turismo. Há estudos que apontam que a região é uma das que oferecem uma das melhores qualidades de vida de todo o nordeste brasileiro. Os municípios contam com uma média populacional significativa em confrontação com o que conhecemos como sertão. Segundo o IBGE, a estimativa habitacional de Petrolina-PE é de 354.317 habitantes, enquanto a de Juazeiro-BA é de 218.162.

Para melhor compreensão em relação aos fatores que envolvem a região, em um primeiro momento, serão apresentados os territórios aqui trabalhados a fim de gerar uma intimidade previa com a localidade. E embora ambos os municípios formem apenas um

grande polo quando analisados a partir de uma visão macro, cada uma das localidades conta com as suas características e particularidades.

Começando pela região de Petrolina – PE, quando se retoma o contexto histórico em que a cidade surgiu, é comum associar a região apenas a uma passagem para Juazeiro – BA, já que o desenvolvimento da cidade vizinha se deu primeiro. Nesta época a passagem pela localidade contribuía de maneira direta para a evolução da zona sertaneja ali instalada (FILHO, 2011).

Atualmente o município de Petrolina conta com um vasto desenvolvimento local, incluindo a acompanhamento da região vizinha, que devido as margens do Rio São Francisco, foi privilegiada por conta do grande crescimento industrial, forçando uma evolução nos demais setores, como a educação, por exemplo. Em um Breve comparativo dos últimos anos é nítido que o crescimento educacional tem se dado na cidade.

Porém, embora a tendência de crescimento nas taxas de desenvolvimento educacional, no que diz respeito ao número de matrículas na rede pública de ensino no município de Petrolina, a educação ofertada para a parcela educacional aqui explorada não se mostra no mesmo ritmo, uma vez que mesmo que haja a tendência de crescimento para novas abordagens em relação as práticas pedagógicas para alunos surdos, devido à alta nas pesquisas acadêmicas, a efetivação se torna devassada.

A reflexão principal está justamente no desenvolvimento escolar, que apesar de apresentar uma ótima tendência, não inclui todos os cidadãos de Petrolina, como é o caso dos alunos surdos.

Em seguida, é possível adentrar nas especificidades de Juazeiro – BA, que também se trata de um município rico pelos mesmos motivos que Petrolina, isto é, localização privilegiada quando comparado a outros municípios do Semiárido Brasileiro. Devido ao seu desenvolvimento e seu destaque, o setor educacional não seria uma exceção.

Em um breve comparativo, é nítido o crescimento acerca do desenvolvimento educacional na região. E pesquisas no âmbito acadêmico tem ganhado cada vez mais força, gerando um destaque maior para a demanda da comunidade surda no sistema educacional regular. O primeiro Congresso Brasileiro de Saúde em Libras, organizado pela Universidade Federal do Vale do São Francisco, em Juazeiro – BA, por exemplo, abriu espaço para que diversas questões fossem abordadas e exploradas por profissionais de várias áreas, no ano de 2018.

Porém, como já citado, existe uma grande lacuna no que diz respeito a efetivar as teorias na prática. O descaso perante as políticas educacionais acaba por sua vez gerando um ciclo vicioso, onde o educando surdo não tem voz e nem acesso a um direito básico como a educação no sistema regular de ensino, a população desinformada não tem ciência da causa, encontrando dificuldade na hora da interação, o corpo docente não é preparado de fato, e o incentivo pelas autoridades não acontecem como deveria.

#### **4 A IMPORTÂNCIA DA INSERÇÃO DE PRÁTICAS EFETIVAS**

Antes de qualquer análise teórica, é necessário levar em consideração os sujeitos do trabalho, ou seja, os alunos surdos. Compreender em como se dá as questões comunicativas desse grupo é fundamental, já que a comunicação é a premissa de todo o conhecimento adquirido, seja ele coletivo ou individual, uma vez que sem o diálogo é impossível estabelecer qualquer construção minimamente significativa em relação ao valor. Nesse viés, os surdos podem ser caracterizados como pessoas que se identificam enquanto pessoas surdas, apreendendo o mundo através de experiências visuais e dispõe de direitos assim como todo e qualquer cidadão, podendo se apropriar da Língua Brasileira de Sinais e da Língua Portuguesa de modo que propicie o seu desenvolvimento e assegure o trânsito nos mais variados contextos culturais e sociais.

Vale ressaltar que os casos aqui citados, são em sua grande maioria, os de pessoas com surdez severa e pessoas com surdez profunda, já que os níveis anteriores nem sempre são abordados e tratados pela comunidade educacional como casos efetivos de surdez.

Quando o tema é abordado na teoria é possível notar, embora o aumento de pesquisas, que se trata de um assunto totalmente a parte dos considerados comuns e/ou urgentes pelas políticas públicas educacionais. Porém, quando abordado na prática, a defasagem se torna ainda mais evidente, e um direito básico como a educação acaba sendo posto em um grau de acessibilidade muita das vezes inalcançável para esses alunos.

A escassez de informação sobre a comunidade surda potencializa a perspectiva negativa vinculada as diferenças, afetando não apenas o indivíduo surdo, como também o meio que ele vive. Não é necessária uma pesquisa de campo, por exemplo, para chegar à conclusão que a negligência por parte das autoridades competentes gera um ciclo vicioso, onde educadores não são preparados minimamente para identificar cada característica, os alunos ouvintes não tem ciência de como se comunicar ou lidar com qualquer situação, e os alunos surdos se tornam alvos fáceis de desigualdades no âmbito educacional e social.

Nos dias atuais, após o início de um grande campo de estudo que ainda precisa ser explorado de fato, muitos surdos e pesquisadores entendem que o vocábulo “surdo” deve ser utilizado para se referir aos indivíduos que percebem o mundo através das experiências visuais, escolhe a língua de sinais para se comunicar, valorizando o contexto cultural e a comunidade surda como um todo.

Mas mesmo após 20 anos da oficialização da lei que garante a inclusão de surdos através da língua brasileira de sinais, observamos que o ciclo vicioso perdurou de maneira latente. Em um país extremamente vasto em relação ao povo surdo, uma vez que a diversidade como falada anteriormente se realça perante o contexto cultural, ou seja, surdos oralizados, pré-linguais, usuários de Libras, a expectativa era que os estudos referentes a área abrissem espaço para a prática, mas infelizmente não foi essa a evolução esperada.

Apesar do acesso à escola os surdos não tinham — e podemos dizer que ainda hoje não tem — assegurada a aprendizagem da leitura e da escrita. As dificuldades encontradas por eles são produtos de vários fatores, entre eles a formação docente baseada na tradição oralista, na qual os surdos são considerados portadores de uma patologia. Atualmente, ainda são poucos os cursos de formação de professores que não trabalham uma abordagem clínica da surdez. Muitos professores surdos são frutos dessa visão clínica, que privilegia o treino sistemático de terapia da fala nas escolas, contribuindo assim, para o fortalecimento da cultura ouvinte em detrimento da cultura surda, e isso, através do enraizamento de uma prática pedagógica reabilitadora, que vem fortalecendo a segregação, em prejuízo de práticas pedagógicas interativas, que venham fortalecer a inclusão social dos Surdos (FONTE, 2005, p. 15).

A escola, deve ser antes de mais nada um ambiente acolhedor, com profissionais capacitados a oferecer educação de qualidade para todos. Porém embora a temática venha em uma crescente perante as pesquisas acadêmicas, é nítido o descaso em relação a capacitação de profissionais e a inserção de práticas pedagógicas realmente inclusivas para a população surda.

Quando analisamos os moldes atuais nos quais os alunos surdos estão inseridos, é clara a lógica do ambiente, onde ao ser inserido em uma escola regular de ensino é condicionado a se encaixar dentro de um grupo oralista pré-existente. Logo de início, já é possível observar as questões de encaixe que são extremamente desvantajosas para os alunos com surdez.

As questões que envolvem inicialmente o ambiente educacional, contribuem de forma direta para o fracasso escolar dos alunos surdos. De acordo com a tese de SILVA (2000), a maioria das crianças e adolescentes que se encontram nas condições

supracitadas, tende a não conseguir a ultrapassar o 5º ano do ensino fundamental, já que devido à dificuldade encontrada em relação ao próprio conteúdo escolar, a desistência acaba se tornando rotina. Os que decidem persistir na dificuldade acabam se tornando copistas, e nos casos mais promissores, consegue encerrar o ciclo por volta dos 15, 16 anos de idade, já que ano letivo se torna 2 anos ou mais para este grupo.

Os profissionais da educação, que por sua vez são mediadores no processo de ensino e aprendizagem dos alunos surdos, devem ser a principal fonte de metodologias pedagógicas, a fim de estimular o pensamento, a reflexão e cognição desses e de qualquer indivíduo, incentivando a produção de conhecimento e de novas vivências perante a sociedade.

Quando se explora o conceito de ensino regular<sup>1</sup>, definição mais comum é que se trata da padronização e organização da educação básica brasileira, que vai desde a educação infantil até o ensino médio, respeitando as idades estabelecidas para cada tipo de série, a fim de gerar um bom desenvolvimento. Porém, quando se procura pela definição de escola regular, a explicação embora parecida, se difere em seus significados. Em um ambiente que se denomina regular, o mínimo esperado é que ofereça uma educação padronizada dentro dos conceitos inclusivos. Mas na prática, a regularidade só funciona para os oralistas.

A grande questão se encontra no ciclo vicioso iniciado primeiramente na dificuldade apresentada pelo aluno surdo devido as práticas pedagógicas inadequadas, seguida pela falta de preparação da docência, e por fim desinformação social, que por sua vez não é incentivada na prática pelas políticas públicas. Diante deste ciclo, além do paradigma já estabilizado, é nítida as consequências negativas, como desigualdade, preconceito e falta de conhecimento sobre uma temática que deveria fazer parte da rotina de todos os brasileiros.

Para melhor compreensão do cenário atual que origina a importância das práticas pedagógicas, é necessário se aprofundar nas questões que permeiam a educação para surdos no Brasil, se tornando plausível dividir o ciclo vicioso supracitado em quatro níveis, ou seja, o descaso das políticas públicas, a falta de preparo dos profissionais da educação, a dificuldade enfrentada pelos alunos surdos e a desinformação populacional.

Levando em consideração a hierarquia e o vasto poder transformador deste pilar social, é lógico começar pela autoridade máxima dentro do contexto que envolve a

---

<sup>1</sup> É importante mencionar que o ensino regular não é o foco desta pesquisa, e sim as práticas pedagógicas para alunos surdos nas localidades selecionadas.

educação de surdos como um todo, não apenas nos municípios supracitados, mas também em todo o Brasil: o poder público.

No que diz respeito aos direitos brasileiros, é papel do estado garantir a educação básica para todo e qualquer cidadão. E o mesmo direito também agrega o valor da inclusão, que por sua vez é um dos parâmetros fundamentais para um sistema educacional sem qualquer tipo de desigualdade ou preconceito.

O termo “inclusão” tem suas origens no latim, isto é, vem do verbo *includere* que significa colocar algo ou alguém dentro de um determinado ambiente, é formado pelo prefixo *in* que significa dentro, e o verbo *cludo*, que significa fechar ou enclausurar. O termo tem por objetivo, agregar no ensino regular, o reconhecimento que todo indivíduo conta com particularidades, e trabalhar a aceitação de todas as características. Sob o prisma de pesquisadores da área, é possível dizer que a inclusão dos alunos surdos precisa contemplar modificações diretas no sistema educacional juntamente com uma adaptação curricular, a partir de adaptações nas maneiras de ensino, adequando as metodologias e avaliando as necessidades do estudante surdo; ainda, demanda a elaboração e planejamento de um trabalho capaz de promover a interação coletiva em sala de aula e espaços físicos, de maneira que propicie a circulação e participação de todos.

Introduzindo o conceito nas políticas públicas, a Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015, decretada pelo Congresso Nacional evidencia os direitos do indivíduo enquanto sujeito surdo. As políticas públicas necessitam se expor mais de maneira participativa a causa, na esperança de inicialmente amenizar a problemática, e a longo prazo evoluir em relação as práticas pedagógicas.

Com base nas informações anteriores, é possível tratar o segundo ponto que compõe o ciclo vicioso: a falta de preparação dos profissionais que formam o corpo docente do ensino regular atual. A grande indagação é sobre o como o profissional da educação pode desenvolver e aplicar práticas pedagógicas para alunos surdos se além da falta de estímulo por parte das autoridades responsáveis, a sua formação não lhe oferece o conhecimento teórico e prático necessário para este tipo de situação. Além da escola ter que, por sua natureza, ser um ambiente inclusivo, o docente tem por função mediar o conhecimento, servindo como ferramenta fundamental para o desenvolvimento das habilidades de cada aluno, respeitando todas as suas limitações e particularidades.

No caso do estudante surdo, é válido enfatizar um pensamento pedagógico que atenda às suas demandas, que em grande parte das vezes está imersa em um mundo visual,

depreendendo aquele contexto, e possibilitando através dos recursos adequados práticas capazes de estimular o conhecimento.

Seguindo a linha de raciocínio onde nem o governo dispõe o incentivo necessário, e nem o corpo docente consegue, em sua maioria, promover práticas contínuas e inclusivas, o terceiro ponto, embora sempre pouco abordado, surge. A desinformação da sociedade desencadeia diversos fatores que contribuem de forma direta para questões muito mais sérias, como a desigualdade e o preconceito.

Membros de uma sociedade necessitam da comunicação para vivenciar se não, quase todas as situações do cotidiano, e em um país onde a oficialização de Libras como língua brasileira já ocorreu, novas reflexões devem surgir acerca do sujeito do estudo. A luta pela oficialização da Libras enquanto língua tem suas origens na comunidade surda e seu projeto de Lei para legalização e regulamentação se concretiza em 2002 por meio da Lei nº 10.436 de 24 de abril de 2002.

A partir das informações já abordadas, é correto afirmar que a educação para surdos vem se tornando cada vez mais visível, mas apenas na teoria, e no semiárido brasileiro, mais especificamente em Juazeiro – BA e Petrolina – PE não seria diferente, uma vez que os reflexos dos estigmas brasileiros em relação as práticas pedagógicas para alunos surdos, perduram.

## **5 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

O presente trabalho se propôs a explorar as práticas pedagógicas em Petrolina e Juazeiro, levando em consideração a educação de surdos a partir de uma perspectiva mais ampla, buscando compreender o que acontece na prática, considerando a objetividade do mundo e a subjetividade do sujeito. Tendo como base o que determina a Lei no 10.436/02 (BRASIL, 2002), principalmente o seu parágrafo único, a LIBRAS não deve ser substituída pela Língua Portuguesa, bem como não deve ser posta em segundo plano.

É necessário ter em mente que as práticas pedagógicas para os alunos surdos devem ter como base a filosofia do bilinguismo, levando em consideração as necessidades e especificidades de cada aluno, tanto de modo coletivo quanto de modo individual. A intenção é sempre gerar um desenvolvimento cada vez mais profundo e acentuado no que diz respeito à educação.

Porém, um outro ponto que deve ser levado em consideração para que seja viabilizado a concretização de práticas pedagógicas inclusivas efetivas para os alunos surdos, e atualização constante dos profissionais envolvidos nesse processo de ensino e

aprendizagem. Não só é responsabilidade do profissional, como também é dever do estado, e também do município de propiciar e oportunizar formas que contribua de maneira significativa e positiva para sua formação contínua enquanto profissional que necessita estar atualizado em suas práticas para proporcionar uma efetivação em relação ao desenvolvimento dos alunos surdos.

Com base nas perspectivas de todos os atores envolvidos na educação para surdos de Petrolina e Juazeiro, é possível concluir alguns pontos relevantes, que por sua vez acabam traçando possíveis caminhos para futuras contribuições acadêmicas, práticas e reflexivas. O primeiro deles é a escassez científicas que abordam a temática nessa localidade em específico.

O segundo ponto a ser ressaltado é a dinâmica que ocorre. Petrolina é um município mais estruturado em relação a diversos aspectos quando comparado a Bahia. Nesse contexto, a educação para surdos não se difere. As condições de Petrolina, embora conforme explicitado ao longo do artigo não se demonstram condizentes com um cenário ideal, ainda assim supera Juazeiro nesse quesito educacional. Desse modo, a educação para alunos surdos e, conseqüentemente as práticas pedagógicas acabam sendo marcadas por lacunas, que geram barreira em relação a efetividade do processo de ensino e aprendizagem.

Além disso, um outro ponto a ser mencionado é que para olhar de maneira aprofundada para cada questão ou especificidade em relação a educação para surdos nas localidades selecionadas, é possível dizer que é preciso antes ter uma visão ampla de todo o contexto que antecede um determinado fenômeno ou situação. Neste caso, acredita-se que o presente artigo tem grande potencial contribuidor, visto que a partir de uma visão ampla sobre as práticas pedagógicas para alunos surdos em Juazeiro e Petrolina, será possível adentrar em delimitações vinculadas a presente temática.

## REFERÊNCIAS

FERREIRA, A. B. de H. **Novo Dicionário da Língua Portuguesa**. 1<sup>a</sup>. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1975.

FILHO, Fadel David Antonio. **Fronteiras da Geografia: Sobre a Palavra “Sertão”**: Origens, Significados e Usos No Brasil (Do Ponto De Vista Da Ciência Geográfica). *Ciência Geográfica - Bauru - XV - Vol. XV - (1): Janeiro/Dezembro – 2011.*

FONTE, Z. M. L. F. da. **A educação de surdos e a prática pedagógica dos professores ouvintes: análise a partir do Programa Nacional de Apoio à Educação de Surdos**. Universidade Federal de Pernambuco, Recife. 2005.

SÁNCHEZ, Pilar Arnaiz. **A Educação Inclusiva**: um meio de construir escolas para todos no século XXI. *Inclusão: Revista da Educação Especial*. Out/2005. p. 7- 18. Disponível em:

<http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/revistainclusao1.pdf> . Acesso em: 08 jun. 2022.

SANTANA, Ana Paula. **Surdez e Linguagem**: aspectos e implicações neurolinguísticas. São Paulo, Plexus, 2007.

SCHLUNZER, E.T.M.; BENEDETTO, L.S.; SANTOS, D. A. N. **O que é libras?** Acervodigital.Unesp. Disponível em: [https://acervodigital.unesp.br/bitstream/123456789/47933/1/u1\\_d24\\_v21\\_t01.pdf](https://acervodigital.unesp.br/bitstream/123456789/47933/1/u1_d24_v21_t01.pdf) Acesso em: 08 jun. 2022.